

X LEGISLATURA
ACTA Nº 78/X/4ª SL

Aos catorze dias do mês de Outubro de 2008, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Vice-Presidente da Comissão, Sr. Deputado Duarte Lima, iniciou os trabalhos, que constavam da seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das **actas** nº 73 (16 Setembro), 75 (23 Setembro), 76 e 77 (07 Outubro);
2. **Requerimentos:**
 - CDS-PP – *Solicita audição com o Automóvel Clube de Portugal;*
 - PS – *Solicita audição com o Presidente do Automóvel Clube de Portugal acompanhado pelos autores do parecer/estudo relativo ao mercado dos combustíveis em Portugal e, também no mercado ibérico.*
3. **Projectos de Resolução** – metodologia a adoptar;
4. Apreciação e votação do **Parecer referente ao P JL 539/X/BE** – "*Define um regime de acompanhamento e controlo da evolução dos preços de combustíveis.*"
Relator: Dep. Jorge Seguro Sanches (PS)
5. Apreciação e votação do **Parecer referente ao P JL 549/X/BE** – "*Regras relativas à transparência na publicidade e contratos de crédito.*"
Relator: Dep. Maria do Rosário Águas (PSD)
6. Nomeação de relator para a **Petição nº 169/X/2ª** – "*Solicita a intervenção da Assembleia da República por considerar que houve violação da alínea p) da Lei 12/2006 em relação a uma autorização passada pela Câmara Municipal de Albufeira ao Hotel Riu Falésia para fazer fogo de artifício durante o "período crítico", assim determinados nos termos legais aplicáveis.*"
(Relator cabe ao PS)
7. **Pedido de audiência** da APIFARMA;
8. **Outros assuntos:**
 - Informações
 - Expediente

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação das actas nº 73 (16 Setembro), 75 (23 Setembro), 76 e 77 (07 Outubro)**, a Sra. Deputada Rosário Águas solicitou o adiamento da votação da acta n.º 73 e a Sra. Deputada Alda Macedo comunicou à Mesa que não votaria dada a sua ausência nas reuniões a que respeitavam as actas, após o que as actas n.º 75 a 77 foram submetidas a votação e votadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 2 da Ordem do Dia, relativo aos **Requerimentos**, o Sr. Deputado Helder Amaral apresentou o Requerimento do CDS-PP, na sequência da audição do Sr. Presidente da Autoridade da Concorrência e da importância de a Assembleia da República acompanhar esta matéria.

O Sr. Deputado Jorge Seguro apresentou, por seu turno, o Requerimento do PS, dando conta da disponibilidade do PS para efectuar uma audição não só ao ACP mas também aos autores do estudo, considerando ser importante ouvir um especialista em direito da concorrência.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que o mais importante seria ouvir em audição o Ministro da Economia e da Inovação, sobretudo após a audição da Autoridade da Concorrência.

A Sra. Deputada Alda Macedo corroborou os pedidos de audições.

A Sra. Deputada Rosário Águas começou por recordar que o tema foi chamado à CAEIDR pelo PSD, através de um Requerimento para ouvir o Ministro da Economia e da Inovação, chumbado pelo PS, após o qual o PSD propôs – tendo este Requerimento sido aprovado – a audição do Presidente da Autoridade da Concorrência, que se revelou inconsequente. Dando conta do voto favorável do PSD aos Requerimentos, reforçou a necessidade de uma audição com o Ministro da Economia e da Inovação e que esta deveria ser viabilizada pelo PS.

O Sr. Deputado Jorge Seguro solicitou que a Mesa da CAEIDR fizesse chegar ao PSD a listagem de reuniões decorridas na CAEIDR desde o início da análise desta matéria. Recordou a audição prevista do Ministro da Economia e da Inovação e a possibilidade de os GP recorrerem à figura dos Requerimentos potestativos.

O Sr. Vice-Presidente registou o pedido do Sr. Deputado Jorge Seguro.

A Sra. Deputada Rosário Águas informou não ser necessária a apresentação da lista, reforçando na sua intervenção a necessidade de uma audição do Ministro da Economia e da Inovação com um tema específico, não no âmbito do Orçamento do Estado.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes insistiu quanto à vinda do Ministro da Economia e da Inovação, corroborando a intervenção anterior quanto ao facto de a próxima audição ser no âmbito do Orçamento do Estado.

O Sr. Deputado Helder Amaral interveio, recordando que o PS apresenta uma proposta alternativa (mesmo se válida) cada vez que um GP requer a audição de um membro do Governo. A propósito da importância da audição do Ministro da Economia e da Inovação, lembrou ter sido este membro do Governo a solicitar o estudo sobre os preços dos combustíveis à Autoridade da Concorrência, não sabendo a CAEIDR qual a opinião do Ministro sobre o referido relatório.

O Sr. Deputado Jorge Seguro recordou que o Ministro da Economia e da Inovação pode ser questionado a qualquer momento.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Vice-Presidente submeteu, após consenso dos GP, os Requerimentos a votação, tendo estes sido aprovados por unanimidade, com a ausência do PEV.

No ponto 3 da Ordem do Dia, relativo aos **Projectos de Resolução**, o Sr. Vice-Presidente deu conta da deliberação ocorrida em sede de Conferência de Presidentes de Comissões. A Sra. Deputada Rosário Águas solicitou um esclarecimento sobre a informação a elaborar pela Comissão, tendo o Sr. Vice-Presidente informado ser esta informação da responsabilidade dos serviços de apoio à Comissão, após o que foi consensualmente acordado que a informação deverá ser apreciada pelo plenário da CAEIDR antes da sua remessa ao Presidente da Assembleia da República.

O Sr. Deputado Helder Amaral informou a Mesa que solicitaria que os Projectos de Resolução da autoria do CDS-PP fossem remetidos a Plenário.

Os diferentes Grupos Parlamentares solicitaram que os serviços de apoio à Comissão preparassem uma listagem com os Projectos de Resolução pendentes na CAEIDR, após o que dariam indicação da decisão relativamente aos próprios Projectos de Resolução.

No ponto 4 da Ordem do Dia, referente à Apreciação e votação do **Parecer referente ao PJJ 539/X/BE – "Define um regime de acompanhamento e controlo da evolução dos preços de**

combustíveis", o Sr. Deputado Jorge Seguro apresentou o parecer (e respectivas conclusões), elaborado conjuntamente com o Sr. Deputado Hugo Nunes (relator por parte da Comissão de Orçamento e Finanças).

A Sra. Deputada Alda Macedo recordou que a discussão política do diploma fica reservada para Plenário, aguardando o BE, com expectativa, a possibilidade de efectuar em sede de especialidade as audições referidas no ponto 5 das conclusões do parecer.

Por seu turno, a Sra. Deputada Rosário Águas deu conta da preocupação do PSD com o facto de ser necessário encontrar uma solução para o problema especulativo dos preços, mas que o GP do PSD não se revia na solução apresentada pelo BE. Reforçou, neste sentido, a importância da audição do Ministro da Economia e da Inovação, considerando ser primordial assegurar uma boa regulação e fiscalização do mercado.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou que o PCP é favorável à intervenção legislativa do Governo e deu conta do voto favorável do seu GP à iniciativa legislativa do BE.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Vice-Presidente submeteu as conclusões do Parecer a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 5 da Ordem do Dia, relativo à Apreciação e votação do **Parecer referente ao PJJ 549/X/BE – "Regras relativas à transparência na publicidade e contratos de crédito"**, a Sra. Deputada Rosário Águas apresentou o parecer e respectivas conclusões. Recordou o processo de transposição de uma directiva comunitária sobre esta matéria, sugerindo que o BE poderia eventualmente retirar a iniciativa legislativa e substituí-la por uma iniciativa de transposição.

A Sra. Deputada Alda Macedo usou da palavra para considerar que a iniciativa legislativa em discussão tem uma elevada oportunidade formal, importando resolver, com a maior celeridade possível, o problema dos preços dos combustíveis.

O Sr. Deputado Helder Amaral considerou ser uma matéria relevante e oportuna, mas que deveria ser concertado o enquadramento comunitário, a transposição da directiva e a iniciativa legislativa nacional.

O Sr. Deputado Ventura Leite registou o consenso sobre a importância da matéria, nomeadamente no contexto da actual conjuntura nacional e internacional.

A Sra. Deputada Alda Macedo considerou que a transposição de directivas comunitárias não obstaculiza a apresentação de iniciativas legislativas e que a Assembleia da República aprova leis com o objectivo de estabelecer direitos e deveres, não com um sentido moralizador.

A Sra. Deputada Rosário Águas deu conta do entendimento erróneo do BE sobre a sua intervenção, referindo que o PSD tem sempre como objectivo a defesa do interesse público e que a opinião transmitida teve como intuito contribuir para uma maior operacionalidade ao objectivo pretendido, considerando ser mais operacional aguardar a transposição, com vista a um procedimento legislativo mais eficaz.

Não havendo intervenções adicionais, o Sr. Vice-Presidente submeteu as conclusões do Parecer a votação, tendo estas sido aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Vice-Presidente Duarte Lima retornou os trabalhos ao ponto 1 da Ordem do Dia, sendo votada por unanimidade a acta n.º 73, sob condição de correcção segundo as sugestões da Sra. Deputada Rosário Águas, entregues na Mesa.

No ponto 6 da Ordem do Dia, referente à **Nomeação de relator para a Petição nº 169/X/2ª – "Solicita a intervenção da Assembleia da República por considerar que houve violação da alínea p) da Lei 12/2006 em relação a uma autorização passada pela Câmara Municipal de Albufeira ao Hotel Riu Falésia para fazer fogo de artifício durante o "período crítico", assim**

determinados nos termos legais aplicáveis", o GP do PS ficou responsável por indicar um Deputado relator da petição.

No ponto 7 da Ordem do Dia, relativo ao **Pedido de audiência da APIFARMA**, foi consensual averiguar a possibilidade de esta ser feita em conjunto com a Comissão de Saúde, dado que a entidade solicitou, igualmente, uma audiência a essa Comissão.

No ponto 8 da Ordem do Dia, referente aos **Outros Assuntos**, o Sr. Vice-Presidente deu conta da entrada de um Requerimento do CDS e da calendarização das Audições dos Membros do Governo. A Sra. Deputada Rosário Águas questionou a audição do Prof. Carlos Zorrinho no decorrer do processo de discussão do Orçamento de Estado, tendo adicionalmente em conta que o Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa já foi ouvido em sede da CAEIDR duas vezes. O Sr. Vice-Presidente para que a questão fosse suscitada junto do Presidente da Comissão. O Sr. Deputado Jorge Seguro questionou sobre as datas previstas para as audições dos Membros do Governo, tendo sido informado sobre serem as datas para as quais cada Ministro manifestou a sua disponibilidade para as audições regimentais. Finalmente, o Sr. Vice-Presidente deu conta do expediente existente.

A reunião foi encerrada às 16h25, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de Outubro de 2008.

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Duarte Lima

Nota: Acta aprovada na reunião de 22 de Outubro de 2008.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques
- Ceia da Silva
- Duarte Lima
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Mendes Bota
- Miguel Ginestal
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Ventura Leite
- Alda Macedo
- Fátima Pimenta
- Horácio Antunes
- Hugo Nunes
- Jorge Almeida
- Manuel José Rodrigues

Faltaram os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Carlos Poço
- David Martins
- Francisco Madeira Lopes
- Hugo Velosa
- Luís Fazenda
- Pedro Nuno Santos
- Rui Vieira